



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Propósito

Assunto da Reunião:	Reunião do Comitê de Governança de TIC
Data da Reunião:	22/09/2020
Local da Reunião:	VIDEOCONFERÊNCIA

Convocados:

Nome	Unidade	Função
REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO	Presidência	Vice-Presidente do Tribunal
FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FORTUNA	7ª VT de Fortaleza	Juiz do Trabalho
FERNANDO ANTÔNIO DE FREITAS LIMA	Gabinete da Presidência	Secretário-Geral da Presidência
NEIARA SAO THIAGO CYSNE FROTA	Diretoria-Geral	Diretora-Geral
PATRICIA CABRAL MACHADO	Secretaria de Gestão Estratégica	Secretária
JOAREZ DALLAGO	SETIC	Secretário
FRANCISCO OTAVIO COSTA	16ª VT de Fortaleza	Diretor
FRANCISCO JONATHAN MAIA	DSTIC	Diretor
REGINALDO GARCIA DUPIM	NGTIC	Coordenador





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Pauta	Deliberação
1. Novos projetos	
<p>(não apreciado na reunião de 16/07)</p> <p>1.1 - PROAD 2962/2020 - Soluções compartilhadas por outros Regionais:</p> <ul style="list-style-type: none">- a) TRT1: “Sistema garimpo upload”; - Evitar o envio de ofício para atualização das bases dos Bancos CEF/BB.- b) TRT2: “Acervo digital eletrônico”: incluir/juntar e disponibilizar para as partes mídias digitais (áudio e vídeo) vinculados a um processo do PJe; <p>https://proad.trt7.jus.br/proad/pages/exibir_arquivo/DESPACHO%20-%20Provid%C3%A2ncias%20definidas%20pelo%20Comit%C3%A2%20Gestor%20de%20TIC.pdf?idArquivo=641630&</p>	<p>a) Aguardar a nova versão. Essa funcionalidade sairá em uma nova versão do Garimpo, não sendo necessário projeto específico. Verificar a regularidade de atualização dos arquivos.</p> <p>b) Demanda perdeu objeto, devido a evolução do PJe Mídias, já usado no TRT7, que absorverá essa funcionalidade. A Divisão de Infraestrutura de TIC informa que nas próximas semanas deverá estar disponível. Preparar tutorial, ou usar o do TRT4, para orientar os advogados a fazerem o upload de mídias.</p> <p>c) Sobre o e-Carta o Otávio vai buscar informações complementares;</p>
<p>1.2 - Referendar aprovação pelo fluxo rápido: Proposta de Projeto e Parecer Técnico - DITICP-39 - Implantação do Regime de sobreaviso na SETIC - PROAD 3087/2020 - Solicita prioridade alta para atender o Ato 68/2020.</p>	<p>Referendado.</p> <p>Quanto ao intervalo interjornada uma consulta foi enviado ao CSJT.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>1.3 - Referendar para fins de conformidade e dar ciência da conclusão.</p> <p>Aprovação pelo fluxo rápido: Proposta de Projeto e RETIFICAÇÃO de Parecer Técnico referentes ao projeto DSSUTIC - 17 - Implantação de sistema para videoconferência e sustentação oral à distância, Proad 6603/2018.</p>	<p>Referendado.</p>
<p>1.4 - DSTIC-555 - GPREC - Gestão Eletrônica de Precatórios - PROAD 3037/2019.</p> <p>Conforme ata de reunião do dia 01/09/2020 presente no Documento 26 do PROAD 3037/2019, solicitamos a repriorização do projeto GPREC para retomada de execução.</p> <p>Sugerimos ao Comitê que o projeto seja retomado em paralelo ao início do projeto "DSTIC-529 - Novo Portal de Serviços para descontinuar os sistemas legados", tendo em vista que os dois projetos tem por objetivo descontinuar sistemas legados do TRT7.</p>	<p>Aprovado.</p>
<p>1.5 - Apreciação da proposta de projeto "DSTIC-562 Integração Sistema SIGEP com o Sistema AJ/JT (SIGEO) de cadastro e gestão de pagamento de perícias" cujo objeto é a integração do AJ-JT com o SIGEP - PROAD 4522/2020.</p> <p>Conforme entendimento da SETIC a fase de integração técnica do AJ/JT com o SIGEP não constitui, por si só, um projeto e poderá ser executada como atividade de sustentação;</p>	<p>Solicitar esclarecimento ao demandante, quanto ao escopo do projeto.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

2 - Aquisições	
<p>2.1 - Dar ciência do andamento da proposta de antecipação, aprovado em 16/07, das aquisições de:</p> <p>-Equipamentos de videoconferência (WEBCAM e HEADSET): R\$ 187.360,00 - complementa a aquisição que está sendo realizada em 2020, para contemplar todas as salas de audiências;</p> <p>-83 Notebooks: totalizando R\$ 492.568,92 - para substituição dos notebooks sem garantia, portanto não contempla formalmente o aumento do parque de notebooks;</p>	<p>-Equipamentos de videoconferência (WEBCAM e HEADSET): ARP assinada, proad 2354/2020 enviado à DG com a solicitação de compra (R\$ 185.550,40). Prazo de entrega de 30 dias para 50% e mais 30 dias para o restante.</p> <p>-83 Notebooks: edital publicado pelo TRT8 (TRT7 é coparticipante): Pregão Eletrônico nº 23/2020 ocorrerá em 24/09/2020. Devido ao prazo de entrega (45 dias) e demais fases do pregão há risco alto de frustrar o pagamento neste ano. Comitê deliberou em fixar o prazo máximo para contratação 15/10.</p>
3 - LGPD	
<p>3.1 Ciência da vigência da Lei:</p> <p>Art. 65. Esta Lei entra em vigor: (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)</p> <p>I - dia 28 de dezembro de 2018, quanto aos arts. 55-A, 55-B, 55-C, 55-D, 55-E, 55-F, 55-G, 55-H, 55-I, 55-J, 55-K, 55-L, 58-A e 58-B; e (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)</p> <p>I-A – dia 1º de agosto de 2021, quanto aos arts. 52, 53 e 54; (Incluído pela Lei nº 14.010, de 2020) (SANÇÕES)</p> <p>II - 24 (vinte e quatro) meses após a data de sua publicação, quanto aos demais artigos. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)</p>	<p>Cientes</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Brasília , 14 de agosto de 2018;	
3.2 Ciência do PROAD 4318/2020, para atendimento da Recomendação nº 73/2020 do CNJ Em síntese: “Fica o Comitê de Segurança da Informação encarregado da elaboração do plano de ação, bem como do relatório e demais medidas necessárias ao cumprimento da Recomendação CNJ nº 73/2020, até o prazo de 18 de novembro ”	Cientes;
4 - Gravação de Audiências e Sessões	
4.1 - Utilização do OBS como ferramenta de gravação Comitê Gestor de TIC entende que o custo do enterprise (9X o valor atual) é inviável se considerarmos apenas a funcionalidade de gravação; Propoe-se: <ul style="list-style-type: none">-utilizar o OBS (gratuito) até que a solução nacional esteja disponível.-Caso, na prática, o OBS não atenda o TRT7 (apesar dos testes piloto na 13º VT tenham mostrado a viabilidade de uso), poderia justificar outra contratação, se a solução nacional não estiver disponível;	Aprovado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

5-Gestão dos documentos no ambiente de colaboração.	
<p>5.1 - Dar ciência do adiamento da licitação nacional.</p> <p>A SETIC sugeriu que fosse adotado para o serviço de colaboração em nuvem - google ou outro que venha a substituí-lo - o modelo <u>business</u>.</p> <p>Deliberação da reunião anterior:</p> <p>-Comitês reconhecem a importância da demanda.</p> <p>-Autorizada a confecção do DOD e pedido de coparticipação em licitação nacional.</p> <p>-Esse assunto deverá ser incluído na pauta da próxima reunião.</p>	<p>Cientes.</p>
<p>5.2 - Dar ciência do andamento da "Proposta de Contratação de serviços de operação de banco de dados Oracle e Postgres."</p> <p>-Esse assunto deverá ser incluído na pauta da próxima reunião.</p>	<p>ETP em andamento, próximo de 30%;</p>
6. Gestão de Riscos.	
<p>6.1 - Aprovada na reunião de 06/05/2020 a avaliação do Software Agatha do Ministério da Economia para Gestão de Riscos:</p> <p>-Avaliação realizada pela SETIC aponta falhas graves de segurança que poderiam expor a infraestrutura de TIC do TRT7, portanto não recomendamos a adoção do Agatha, retomando estudo de contratação de ferramenta no ano de 2021.</p>	<p>Aprovada.</p> <p>Fernando entende que imprescindível o adoção de um sistema para gestão de riscos.</p> <p>Verificar possibilidade de adoção do Risk Manager, utilizando recurso do CSJT;</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

7. PROAD 784/2018 - Acórdão TCU 750/2014 -Plenário - **Dirigida ao TRT7.**

Relatório de Monitoramento de Providências (documento 22), constata-se que, do total de **16(dezesseis) determinações** constantes do Acórdão TCU 750/2014, **12 (doze) foram atendidas e 4 (quatro) se encontram em atendimento.** Dê-se ciência à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para continuidade das ações necessárias ao pleno atendimento das determinações constantes dos itens 9.1.3.5, 9.1.5, 9.1.8 e 9.1.9 do Acórdão TCU 750/2014 -Plenário.

9.1.3.5- mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI;

9.1.5- adote providências no sentido de dotar a área de TI com o quantitativo de pessoal adequado;

9.1.8- elabore, execute e teste periodicamente o plano de gestão de continuidade do negócio da instituição;

9.1.9- elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade;

- SETIC deverá despachar no PROAD as informações quanto ao andamento das ações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

PRESENTES	ASSINATURA
REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO	PROAD
FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FORTUNA	Licença Médica
FERNANDO ANTÔNIO DE FREITAS LIMA	PROAD
NEIARA SAO THIAGO CYSNE FROTA	PROAD
PATRICIA CABRAL MACHADO	PROAD
JOAREZ DALLAGO	PROAD
FRANCISCO OTAVIO COSTA	PROAD
REGINALDO GARCIA DUPIM	PROAD

Fortaleza-CE, 22 de setembro de 2020

_____proad_____

Reginaldo Dupim

